

CORREIO ECONÔMICO



Vendas online de data em novembro surpreendem

Black Friday registra crescimento anual de 16,1%

Superando, pela primeira vez, o nível pré-pandêmico, as vendas do Black Friday tiveram alta anual de 16,1%, com destaque para o comércio físico, que avançou 17,1%, no mesmo comparativo (e elevação de 8,9% do e-commerce), informou a empresa de meios de pagamento Cielo, nesse sábado (30), em análise da performance do setor, como referência a 24 de novembro do ano

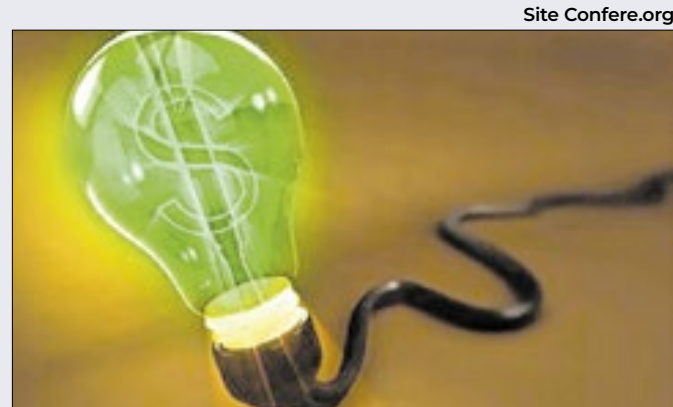
Erro de R\$ 1 bi

Devido a um erro de 'apenas' R\$ 1 bilhão, o relatório extemporâneo de receitas e despesas, o Ministério do Planejamento reviu a projeção de déficit primário de 2024, para R\$ 27,746 bilhões, próxima ao piso da meta, de R\$ 28,756 bilhões, visando resultado primário neutro.

passado. Para o vice-presidente de tecnologia e negócios da Cielo, "este ano a Black Friday superou pela primeira vez o nível do período pré-pandemia e faturou 15,2% mais que em 2019", acrescentando que "uma das razões para essa alta foi o pagamento da parcela do 13º e de benefícios como vales exatamente no dia da Black Friday".

'Repaginada'

A previsão 'repaginada' pelo Executivo é considerada um 'pouco melhor' do que a apresentada no relatório do quinto bimestre, divulgado no dia 22 de novembro, segundo qual o déficit primário seria de R\$ 28,737 bilhões, uma 'folga' de R\$ 989,8 milhões.



Site Confere.org

Condições de reservatórios permitiram alteração tarifária

Geração de energia melhora e bandeira verde é 'hasteada'

Pela 'expressiva melhora' das condições de geração de energia hidrelétrica no país, que permitem um custo de produção menor, a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) anunciou o 'hasteamento' da bandeira tarifária verde, no lugar da 'amarela', que onerava em R\$ 1,885 cada 100 kWh consumidos, nas contas de luz.

Trata-se de medida válida a todos os consumidores conectados ao Sistema Interligado Nacional. Para o diretor-geral da Aneel, Sandoval Feitosa, "o sistema de bandeiras se consolidou no Brasil como uma forma democrática de o setor elétrico dialogar com a sociedade sobre o consumo eficiente e o custo da energia".

Recuo de 4%

Como reflexo do momento de moderação nos preços das commodities, aliado à menor safra de alguns itens, neste ano, devido a questões climáticas no país, a receita líquida do setor de máquinas de equipamento agrícolas recuou 4%, segundo a Abimaq.

Retração

Além de uma retração de 4,8% em outubro, no comparativo anual, a Abimaq revelou que o setor recuou 23,3% entre janeiro e outubro, na comparação anual. No acumulado em 12 meses, essa contração é de 24,5%. No ano, a queda deve atingir 23%.

Mais pressão

O resultado acima do esperado do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - 15 (IPCA-15) deve pressionar mais as estimativas inflacionárias ao final deste ano, avaliam economistas consultados pelo Estadão. O índice avançou de 0,54% em outubro para 0,62%.

Alerta

A perspectiva é de que o Banco Central (BC) se manterá 'alerta' sobre o nível da inflação corrente, ante expectativas futuras desancoradas, mesmo com o ciclo de aperto monetário já em curso. O Copom se reunirá, de 10 a 11 de dezembro, para decidir a nova Selic.

Município pode ter perda de R\$ 20 bi com 'bondade' fiscal

Previsão negativa foi feita pela Confederação Nacional dos Municípios

Marcello Casal Jr. - Agência Brasil

Por Marcello Sigwalt

A 'bondade' populista do Planalto, ao inserir o 'jabuti' de isentar do Imposto de Renda (IR) renda até R\$ 5 mil, foi amplamente reprovada pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM), ao divulgar nota de oposição, sob o argumento de que a medida deverá impor uma perda anual de R\$ 20 bilhões aos municípios, com destaque para o 'endurecimento das regras do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do Bolsa Família, o que obrigaria os municípios a aumentarem seus gastos com atualizações de cadastros e visitas domiciliares'. A previsão, porém, não dispõe do 'cálculo exato' sobre o montante de renúncia dos cofres federais, em decorrência da medida.

No entanto, para chegar ao montante exposto, a CNM considerou a perda de arrecadação do imposto retido na fonte dos servidores municipais, aposentados e pensionistas, o que acarretaria em um impacto fiscal anual estimado em R\$ 9 bi-



Populismo fiscal favoreceu imagem do Planalto, em detrimento de municípios

lhões. Municípios e estados respondem pela arrecadação do IR incidente sobre os rendimentos pagos aos seus empregados e servidores, além de autarquias e fundações contratadas para a prestação de bens ou serviços.

Além desse montante, a confederação projetou uma redução anual de R\$ 11,6 bilhões nos repasses do Fundo de

Participação dos Municípios (FPM), que é composto por 22,5% do que a União arrecada com o Imposto de Renda (IR) e com o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). O FPM é a principal fonte de receita para a maioria dos municípios de pequeno e médio portes.

Na contramão do argumento federal, no sentido de que

a medida 'não traria impacto fiscal', a entidade sustenta que 40% dos entes locais já enfrentariam déficit fiscal, o que seria mais uma agravante à situação.

"Destaca-se que o governo alega que a medida não trará impacto fiscal. Hoje, cabe lembrar, cerca de 40% dos entes locais já estão com déficit", afirmou a CNM em nota.

G5 Partners: "Isenção do IR não ocorrerá"

O Canário da Mina desta semana, relatório escrito pelo economista Luís Otávio de Souza Leal e distribuído às sextas-feiras aos clientes da G5 Partners, começa dizendo que a medida no pacote fiscal que mais aflije o mercado financeiro é a que não vai acontecer: a isenção do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) para rendimentos mensais até R\$ 5 mil.

Isso porque, pela leitura de Souza Leal, a isenção do IR até

R\$ 5 mil seria compensada pela imposição de uma alíquota de 10% sobre quem tem rendimentos mensais acima de R\$ 50 mil. E, de acordo com ele, como quem tem carteira assinada e recebe acima desse valor já paga mais que isso, o governo quer, na verdade, é tributar aqueles que recebem renda não tributável, como lucros e dividendos.

Apesar de não ter sido anunciado, escreve o economis-

ta a seus clientes, especulou-se nos jornais que quem tivesse uma renda anual entre R\$ 600 mil e R\$ 1,2 milhão teria uma alíquota escalonada até chegar a 10% para valores acima do teto. E essa renda se refere a todos os ganhos não tributáveis, o que a princípio poderia incluir também os ganhos provenientes de ativos isentos.

"Logo de cara, podemos identificar dois problemas. O primeiro: se a ideia é tributar

a distribuição de lucros e dividendos, cadê a tão propalada compensação pela redução da alíquota do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) prometida para a reforma da renda, a qual seria discutida no Congresso em 2025? Se as duas não vierem juntas, a tão mencionada neutralidade tributária vai para as cucuias, pois haveria bitributação", questiona o chefe do Departamento Econômico da G5 Partners.

Aviação comercial, 'refém' da geopolítica

Agência Gov

A aviação comercial, cuja pedra fundamental é a segurança, enfrenta cada vez mais dificuldades com a proliferação das áreas em conflito, que implica zonas proibidas, ataques com mísseis e balas perdidas.

Desde o começo da aviação comercial, há registro de aviões que foram derrubados, destruídos por bombas ou sequestrados.

Contudo, as guerras na Ucrânia e no Oriente Médio, os golpes de Estado na África e a proliferação de áreas onde não há controle de nenhum Estado estão criando um autêntico quebra-cabeça para o planejamento de rotas de longa distância, a um nível sem precedentes, segundo especialistas.

A Associação Internacional de Transporte Aéreo (IATA, na sigla em inglês), que reúne mais de 320 linhas aéreas e habitualmente evita se pronunciar sobre temas políticos, aludiu à



Riscos geopolíticos impõem turbulências às aéreas

deterioração da situação.

No início de outubro, seu diretor-geral, Willie Walsh, pediu às partes em conflito que não ataquem aviões civis, "nem sequer nos momentos mais intensos das hostilidades".

No início de novembro, um avião da companhia americana

Spirit Airlines, procedente da Flórida, foi atingido por disparos enquanto aterrissava na capital do Haiti, Porto Príncipe.

A Administração Federal de Aviação (FAA, na sigla em inglês) dos Estados Unidos proibiu no dia seguinte, pelo período de 30 dias, os voos de

companhias americanas para o país caribenho.

Cada Estado tem liberdade de fechar ou restringir o acesso a todo ou parte de seu espaço aéreo. Por sua vez, as agências reguladoras nacionais de aviação civil podem proibir as aeronaves sob sua jurisdição de voar sobre determinadas regiões.

A combinação destas proibições ou recomendações de evitar certas áreas representa um desafio para as linhas aéreas ocidentais na hora de sobrevoar o Oriente Médio e a África, onde as cartas de navegação estão repletas de zonas marcadas em vermelho ou laranja: Israel, Líbano, Síria, Irã, Iraque, Iêmen, Sudão, Líbia, Mali...

Mais ao norte, a Rússia, o maior país do mundo, que compreende 11 fusos horários, proibiu em 2022 o sobrevoo de aviões europeus e americanos em resposta às sanções impostas pela invasão da Ucrânia.

Ibovespa: o pior novembro em sete anos

Pior novembro, desde 2017, o Ibovespa - índice da bolsa brasileira - amargou uma queda de 3,12% - enquanto o dólar disparou 3,6%, chegando ao inédito patamar de R\$ 6, maior valor nominal já registrado em um fechamento - performance que interrompeu, em definitivo, o ritmo de alta do mercado acionário tupiniquim, na reta final de 2024.

Como origem para esse desempenho adverso, o mercado

aponta a extrema demora, quase letargia do governo em divulgar, afinal, o teor do pacote fiscal, com o prometido corte de gastos, a título de estabilizar a dívida pública. Quando isso ocorreu, na última quarta-feira (27) a decepção foi geral. Apesar da expectativa de economia de R\$ 70 bilhões em dois anos de pacote fiscal, com medidas como restrições ao abono salarial e limite no reajuste do salário mínimo, o mercado foi

surpreendido negativamente com a proposta de isenção de Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil - que deve trazer um impacto fiscal adicional. Logo, enquanto os investidores esperavam foco total no enxugamento das despesas, o governo propôs também mais um aumento de gastos. Isso azedou mais a confiança no Executivo e fez o dólar disparar. A moeda chegou a atingir R\$ 6,11 na manhã desta sexta (29).

Os juros futuros também subiram, o que ficou visível no rendimento dos títulos públicos. O Tesouro IPCA+ com vencimento para 2029, que paga a variação da inflação mais uma taxa prefixada, está oferecendo um juízo real de 7,17%. Este é o maior nível de rentabilidade registrado por esse papel. Na última década, em média, os títulos de inflação só ofereceram rendimentos reais iguais ou acima de 7%.